

**HABEAS CORPUS Nº 498.150 - SP (2019/0070656-7)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : HENRIQUE GONCALVES SANCHES  
**ADVOGADO** : HENRIQUE GONÇALVES SANCHES - SP182797  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LEANDRO BRITO MATOS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de LEANDRO BRITO MATOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido nos autos do HC n.º 2251536-08.2018.8.26.0000.

Consta nos autos que, em 13/06/2018, o Paciente foi preso em flagrante porque ofendeu a integridade corporal de sua convivente, portando arma de fogo com numeração suprimida, com a qual efetuou disparo em via pública. Na mesma data, o flagrante foi convertido em prisão preventiva, para garantia da ordem pública.

A denúncia oferecida pelo Ministério Público foi recebida em 26/06/2018, pela suposta prática das condutas previstas nos arts. 129, § 9.º, do Código Penal; 16, parágrafo único, inciso IV; e 15, ambos da Lei n.º 10.826/2003, todos na forma do 69, do mesmo Código.

Posteriormente, o Paciente formulou pedido de liberdade provisória, sob a alegação de ausência dos requisitos para a prisão processual e de excesso de prazo na segregação. Em 23/10/2018, a pretensão foi indeferida pelo Juiz de primeiro grau.

Contra essa decisão foi impetrado o *writ* em que, no dia 13/02/2019, foi proferido o acórdão ora impugnado, assim ementado (fl. 15):

**"HABEAS CORPUS – LESÃO CORPORAL PRATICADA NO ÂMBITO DA LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2.006, DISPARO DE ARMA DE FOGO E POSSE OU PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO – LIBERDADE PROVISÓRIA – DESCABIMENTO – PRESENTES OS REQUISITOS LEGAIS PREVISTOS NO ART. 312, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – ORDEM DENEGADA."** (sem grifos no original)

Na presente impetração, a Defesa alega a configuração de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo para formação da culpa, pois "a audiência de instrução [...] foi designada para 04/02/2019, contudo não ocorreu em face

*de não ter sido encontrada a suposta vítima para fins de intimação"* (fl. 4) e que, a despeito de estar preso desde 13/06/2018, não há previsão para o julgamento. Sustenta, ainda, que a Defesa não concorreu para a demora, pois a referida audiência "*não ocorreu porque a vítima não foi encontrada para fins de intimação*" (fl. 6).

Assim, requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão, com a aplicação de medidas diversas da prisão.

É o relatório inicial. Passo a decidir.

Não está configurado um dos pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar, qual seja, o *fumus boni iuris*, pois o direito invocado pela parte Impetrante não é de reconhecimento que se mostra prontamente inequívoco.

É certo que o retardo injustificado à prestação jurisdicional viola o Princípio da Duração Razoável do Processo, previsto no art. 5.º, inciso LXXVII, da Constituição da República, acrescido pela Emenda Constitucional n.º 45/2004 ("*a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*").

Todavia, no caso, ao que parece, **não há como reconhecer, estreme de dúvidas, que o Tribunal a quo foi provocado com os argumentos que ora fundam a alegação de que há desídia estatal injustificada e desproporcional** na condução do processo-crime. No ponto, vale referir o que destacou o Relator do acórdão ora impugnado, no seguinte trecho de seu voto (fls. 24-26):

*"II – Igualmente deve ser denegada a ordem no que atine ao alegado excesso de prazo na duração da custódia cautelar.*

*'Em matéria de excesso de prazo na formação da culpa, não há como tarifar prazo certo e definido, porque cada caso deverá ser examinado em concreto, em função de suas peculiaridades' (RJDTACrimSP, 3:188).*

*In concreto, verifica-se que o paciente se encontra preventivamente preso desde 13 de junho de 2.018.*

*Da análise das informações prestadas pela Douta Autoridade indicada como coatora, se extrai a seguinte cronologia dos atos processuais:*

- (i) O paciente foi preso em flagrante em 13 de julho de 2.018, data em que o título prisional foi convertido em prisão preventiva;*
- (ii) A denúncia foi recebida em 26 de junho de 2.018;*
- (iii) Apresentada defesa prévia, houve a designação de audiência*

*de instrução, debates e julgamento para o dia 21 de janeiro de 2.019, às 13h00m.*

*Extraí-se das informações prestadas não haver qualquer excesso de prazo passível de coibição.*

*Antes, o feito tramita sem percalços e, com a designação de audiência de instrução, debates e julgamento para data próxima, a entrega da prestação jurisdicional é, agora iminente.*

*Ademais, entre a data da prisão e aquela para a qual o encerramento do feito se projeta, haverá o decurso de interregno temporal de aproximadamente seis meses, o que é absolutamente razoável.*

*Verifica-se, portanto, que a tramitação dos autos nº 0001056-03.2018.8.26.0628 atende às formalidades constitucionais e legais editadas com o escopo de garantir ao jurisdicionado o acesso à ordem jurídica justa art. 5º, inciso LIV, da Constituição da República, e concretiza o compromisso assumido pelo Poder Judiciário no I Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo, que culminou inclusive, no rol de direitos e garantias fundamentais, da 'razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação' (art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal)."*

Considerados os lapsos acima indicados, vê-se que, quando da impetração do *writ* originário, a circunstância fática que se narrou constituía-se notadamente no fato de que a audiência de instrução e julgamento foi designada para data aproximadamente seis meses posterior ao recebimento da denúncia. Portanto, ao que parece, **o fato ora alegado de que o referido ato não se realizou não foi ventilado perante a instância antecedente.** Isso impede, ao menos por ora, o reconhecimento de patente constrangimento ilegal quanto **à conclusão do Tribunal de origem de que a previsão que havia para o julgamento do feito, de seis meses, é razoável** – considerados os elementos que dispunham os julgadores quando da apreciação da impetração originária.

No mais, sem que sejam prestadas novas informações pelo Juízo de primeiro, notadamente sobre os motivos pelos quais, alegadamente, não se realizou a audiência, e sobre os demais andamentos supervenientes à impetração do *writ* originário, não há como constatar a narrada desídia estatal na condução do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça de origem, notadamente sobre se a alegação de que a audiência de instrução e julgamento designada não se realizou. Na oportunidade, deverá ainda encaminhar a senha ou a chave de acesso para

consulta processual aos andamentos referentes aos presentes fatos, caso seja necessária.

Oficie-se, ainda, ao Juiz de primeiro grau, para que preste esclarecimentos sobre o andamento do processo-crime, com a indicação pormenorizada sobre os motivos pelos quais a audiência não foi realizada e sobre **quais esforços estão sendo envidados para que o feito seja julgado com a urgência que o caso requer.**

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora

